



CPC 00 (R1): PERCEPÇÃO DOS CONTABILISTAS NA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS CONTÁBIL-FINANCEIROS

Mariana Gomes¹
Wilson Antunes de Amorim²

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo principal investigar o tratamento do CPC 00 (R1) pelos contabilistas na elaboração dos relatórios contábil-financeiros, auxiliando no alcance da sua finalidade de fornecer aos usuários informações úteis para as tomadas de decisões. A pesquisa de natureza aplicada caracteriza-se como quantitativa descritiva e utilizou os procedimentos de estudo bibliográfico e pesquisa de campo. O levantamento dos dados se deu através de questionário, com perguntas fechadas, embasado nos itens relacionados ao CPC 00 (R1). Observou-se que os contabilistas, em sua maioria, conhecem o pronunciamento e o consideram na elaboração os relatórios contábeis financeiros. Entende-se então que em média a grande maioria está se adaptando e aderindo às mudanças que vem ocorrendo na contabilidade desde o início do processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.

Palavras-chave: CPC 00 (R1). Relatórios contábil-financeiros. Normas Internacionais de Contabilidade

Abstract

The main objective of this research is to investigate the treatment of CPC 00 (R1) by accountants in the preparation of accounting-financial reports, helping in the scope of their purpose to provide users with useful information for decision-making. Research of applied nature is characterized as descriptive quantitative and used the procedures of bibliographic study and field research. The data was collected through a questionnaire, with closed questions, based on the items related to CPC 00 (R1). It was observed that accountants, for the most part, know the pronouncement and consider it in the preparation of financial accounting reports. It is understood that on average the vast majority is adapting and adhering to the changes that are occurring in accounting since the beginning of the process of convergence to the International Accounting Standards.

Keywords: CPC 00 (R1). Accounting-financial reports. International Accounting Standards.

INTRODUÇÃO

A Contabilidade existe desde os primórdios da humanidade e vem sendo aperfeiçoada ao longo dos tempos, de acordo com as necessidades de seus usuários. Atualmente, a

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da AJES – Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena. Email.: paulogleyson@hotmail.com

² Professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena – AJES. Email Will-1953@hotmail.com



globalização atua como força propulsora de transformações constantes em diversos campos da ciência, inclusive a Contabilidade. (BUGARIM; OLIVEIRA, 2014).

No Brasil, diversas mudanças ocorreram devido às alterações na lei nº. 6.404/1976, que se deu pela lei nº 11.638/2007, e também por meio da Resolução nº 1.055 de 07 de Outubro de 2005 que deu origem ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em decorrência dessas alterações na legislação, os profissionais contábeis precisam adaptar-se continuamente. Portanto o presente trabalho almeja verificar se os contabilistas elaboram os relatórios contábeis e financeiros em consonância ao pronunciamento técnico do CPC 00 (R1), cujo objetivo é servir como fonte dos conceitos básicos e fundamentais a serem utilizados na elaboração e na interpretação dos Pronunciamentos Técnicos, na preparação e utilização das demonstrações contábeis das entidades comerciais, industriais e outras de negócios e também para a elaboração de outros relatórios. (CPC 00, 2011, p.2).

Para tanto, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Como o pronunciamento do CPC 00 (R1) esta sendo tratado pelos contabilistas na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros?

Para responder ao problema de pesquisa o estudo tem como objetivo geral verificar como o pronunciamento do CPC 00 está sendo tratado pelos profissionais Contábeis na elaboração dos relatórios Contábil-Financeiros. Da mesma forma, a pesquisa conta com objetivos específicos que visam contribuir para a resposta à questão inicial, tais como: levantamento bibliográfico a respeito da teoria que embasa o estudo; pesquisa de campo junto aos contabilistas, por meio de um questionário estruturado, tabulação e mensuração dos dados para verificar como o CPC 00 está sendo aplicado na pratica diária dos profissionais.

O CPC 00 (R1) é de extrema importância para o profissional Contábil, pois, trata da estrutura conceitual para a elaboração dos relatórios contábeis e financeiros. Sendo assim, o presente trabalho visa apontar qual a realidade referente à aplicação do CPC 00 na prática dos contabilistas, visando assim contribuir com o mercado, acadêmicos e com a própria pesquisadora.

Quanto à metodologia de pesquisa, com base no manual de elaboração de trabalhos da instituição, utilizou-se a seguinte classificação: com relação à sua natureza, a pesquisa pode ser classificada como aplicada, devido ao seu interesse prático e por ser orientada à aplicação dos resultados na solução de um problema específico. Quanto a sua abordagem, foi escolhida a pesquisa quantitativa, devido à necessidade de fazer uso de instrumentos estatístico para obtenção dos resultados, bem como a adoção da pesquisa descritiva, devido ao ponto de vista de seu objetivo.

O trabalho foi desenvolvido a partir do estudo bibliográfico com propósito de agregar informações e dados para fundamentar e facilitar o entendimento da pesquisa. Também foi realizada a pesquisa de campo e como instrumento de coleta de dados, fora aplicado um questionário aos contabilistas elaborado a partir das informações contidas no CPC 00.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA CONTÁBIL

Em decorrência da globalização e das mudanças no mercado, onde os negócios não estão mais restritos apenas aos limites de um País, tornou-se imprescindível a adequação da Contabilidade. A Contabilidade enquanto ciência social é extremamente influenciada pelo ambiente em que está inserida, sendo assim, os países se diferem no que tangem aos sistemas contábeis (FERREIRA *et al.*, 2013).



Diante dessas divergências, percebeu-se a necessidade de uniformização das normas e procedimentos contábeis referentes às informações contidas nas demonstrações, visando facilitar a comunicação e comparabilidade das informações e no estreitamento das diferenças entre os países (DIAS, 2014). De acordo com Ferreira *et al.* (2013, p.109) “A aceitação da harmonização e da convergência das normas contábeis internacionais deve preservar os fatores técnicos e culturais de cada país, desde que permita a reconciliação dos sistemas contábeis entre as nações”.

A utilização dos termos harmonização e convergência são comuns em trabalhos referentes a este assunto, porém o termo harmonização tem sido associado incorretamente com “padronização” de normas contábeis.

O principal objetivo das normas internacionais é ampliar o nível de comparabilidade entre diferentes culturas empresariais dos países, pois estas diversidades podem alterar os indicadores de desempenhos das demonstrações contábeis. Verifica-se então, que de acordo com a localidade de seus usuários, há uma grande probabilidade de conclusões econômicas diferentes da mesma empresa, afetando diretamente nas tomadas de decisões (FERREIRA *et al.*, 2013).

No Brasil o processo de convergência internacional dos padrões contábeis, ocorreu em virtude do surgimento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e da sanção das leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. De acordo com Machado *et al.* (2012, p.2) “O Brasil, por intermédio de legislações específicas, passou a fazer parte desse processo de convergência, através da sanção das leis 11.638/07 e 11.941/09, que alteram em parte a lei 6.404/76 (lei das sociedades anônimas)”.

1.1.1 The Internacional Accounting Standards Board- IASB

O IASB (International Accounting Standard Board) ou Colegiado de Padrões Contábeis Internacionais, De acordo com as obras de (ARRUDA, 2013) e (DIAS, 2014), é um órgão independente do setor privado, responsável pelo estudo dos padrões contábeis e emissão de normas internacionais de Contabilidade, baseadas em princípios e não em regras, sendo assim, prioriza a essência sobre a forma. Os objetivos do IASB em sua constituição foram traduzidos por Niyama (2010, p.40) como sendo:

Desenvolver, no interesse público, um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade, inteligíveis, exequíveis, que exijam informações de alta qualidade, transparentes e comparáveis nas demonstrações e em outros relatórios financeiros, para ajudar os participantes do mercado de capitais e outros usuários em todo o mundo a tomar decisões econômicas; Promover o uso e a aplicação rigorosa dessas normas; e Promover a convergência entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade de alta qualidade (NIYAMA 2010, p. 40).

O IASB é a instituição predominantemente definidora das diretrizes para aplicação da prática contábil em nosso país, ou seja, é ela quem guia o país no processo de convergência contábil. O IASB também emite as normas International Financial Reporting Standards (IFRS), Interpretations (IFRIC) e International Accounting Standards (IAS). Para Meirelles Junior (2009, p. 7 apud MUNHÃO *et al.* 2013, p. 4) as IFRS são:

O International Financial Reporting Standards, ou IFRS, são normas internacionais de relato financeiro, emitidas pelo IASB. O principal objetivo dessas normas é desenvolver um modelo único de normas contábeis internacionais de alta qualidade, que requeiram transparência e comparabilidade na elaboração de Demonstrações



Contábeis, e que atendam ao público interessado nessas Demonstrações sejam eles investidores, administradores, analistas, pesquisadores ou quaisquer outros usuários e leitores de tais demonstrações. (MEIRELLES JUNIOR, 2009, p. 7 apud MUNHÃO et al. 2013, p. 4).

1.1.2 Financial Accounting Standards Board – FASB

As Normas de Contabilidade Financeira (FASB) Criado em 1973 o conselho de Padrões de Contabilidade Financeira consiste em importante organismo de representação das normas norte-americanas, pois, estabelece os padrões de contabilidade financeira e de elaboração das demonstrações financeiras para as empresas do setor privado dos Estados Unidos. Segundo Marciel 2013, p. 3, o FASB atua de forma a:

a) Melhorar a utilidade da informação financeira, enfocando nas características primárias de relevância e confiabilidade e nas qualidades de comparabilidade e consistência; b) Manter os padrões atualizados para refletir as mudanças ocorridas no ambiente econômico; c) Considerar, prontamente, qualquer área significativa deficiente de uma informação financeira adequada e que poderia ser melhorada pelo estabelecimento de padrão; d) Promover a convergência internacional de padrões de contabilidade, provendo simultaneamente, a melhora da qualidade da informação financeira; e e) Melhorar o entendimento comum da natureza e propósitos da informação contida nos relatórios financeiros (MARCIEL 2013, p. 3).

O FASB possui o objetivo de determinar e aperfeiçoar os procedimentos, conceitos e normas contábeis.

1.2 A CONTABILIDADE NO BRASIL

Não se tem ao certo a época em que se iniciou a contabilidade. Contudo há indícios de que exista desde os primórdios da humanidade, de forma rudimentar, porém, de acordo com os interesses e as necessidades de informações demandadas pelos seus usuários. Segundo Peleias e Bacci (2004, p. 2) “O desenvolvimento da Contabilidade sempre esteve associado à evolução da humanidade”, além disso, o autor ressalta a obra de Sá (1997. Apud PELEIAS E BACCI 2004, p. 2): “A Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano”.

Historicamente o Brasil está dividido em três períodos: Colônia, Império e República. Na abordagem deste artigo o ponto de partida será o ano do descobrimento, isto em 1500, até por carência de fontes da nossa pré-história, e enfatizará os principais acontecimentos, citando algumas das personalidades tratadas como referências que contribuíram para o progresso contábil. (SILVA, DE ASSIS, 2015, p. 36)

A História da Contabilidade no Brasil consiste em um longo processo de desenvolvimento, portanto serão abordados os fatos mais marcantes ocorridos ao longo dos anos. (PELEIAS E BACCI, 2004).

1.2.1 A História da Contabilidade no Brasil



A história da Contabilidade no Brasil tomou impulso a partir da época Colonial no ano de 1500, “com o desejo de se controlar o Patrimônio e visto que o desenvolvimento da Contabilidade sempre esteve associado ao desenvolvimento da humanidade” (SILVA, DE ASSIS, 2015, p.37). Neste período o Brasil também passou por todo o ciclo do Pau-Brasil e a exploração do ouro, o que resultou em uma grande imigração e conseqüentemente a necessidade de um controle maior da sua riqueza. No entanto, mesmo com todos esses fatos impactantes, a Contabilidade não obteve um grande avanço (REIS; DA SILVA, 2008).

Entre 1500 e 1530 as expedições portuguesas ao Brasil eram rápidas e objetivavam apenas a coletar o Pau Brasil e a realização de patrulhas. A partir de 1531, com as constantes ameaças de invasões principalmente pelos Franceses, Portugal começou a tratar de forma diferente a terra recém-descoberta, pois já era sabedor das imensas riquezas aqui encontradas. (SILVA; DE ASSIS, 2015, p.37).

Em 1808 com a chegada da Família Real ao Brasil, favoreceu o desenvolvimento socioeconômico e cultural na colônia, acarretando diversas ocorrências que contribuíram para a evolução da Contabilidade, tais como: Comercialização de produtos de outros países, a criação do Banco do Brasil e a emissão do papel moeda, mas que, devido ao déficit dos cofres públicos encerrou suas atividades no ano seguinte, entre outros (REIS; SILVA, 2008).

De acordo com as obras Reis, Silva, (2008, p.2):

O desenvolvimento social que ocorria naquele período, aliado a expansão da atividade colonial provocou um aumento nos gastos, exigindo um melhor controle das contas públicas e receitas do Estado, e para este fim foi implantado o órgão denominado Erário Régio. (REIS e SILVA, 2008, p. 2).

E de Peleias e Bacci (2004, p. 3):

Estes movimentos ocorreram também no Brasil, de forma embrionária nos séculos XVI, XVII e XVIII, e com maior intensidade a partir do século XIX, principalmente pela vinda da Família Real e como consequência de diversos acontecimentos históricos ocorridos no País, em seus estágios políticos de Reino Unido, Império e República. (PELEIAS E BACCI 2004, p. 3).

No dia 11 de Março de 1808, foi criado o órgão Erário Régio também chamado de Real Erário, Real Fazenda, Tesouro Público ou Tesouro Geral. Este foi o órgão responsável por introduzir o método das partidas dobradas e de tornar obrigatório o processo de escrituração contábil nos órgãos públicos do país, sendo que só poderia ser feita por profissionais que estudassem aulas de comércio (REIS; SILVA, 2008).

Outro fato de extrema importância ocorreu no ano de 1850 com a criação do Código Comercial Brasileiro estabelecido no período da República, pelo imperador D. Pedro II, cujo objetivo era de regulamentar os procedimentos contábeis, impondo a necessidade de escriturar nos livros os fatos patrimoniais das empresas. Este marco também qualificou o guarda-livros, como era conhecido antigamente o profissional da contabilidade (REIS; DA SILVA, 2008). Ressalta Também Peleias e Bacci (2004 p. 41-42).

A promulgação do primeiro Código Comercial Brasileiro por meio da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, trouxe a obrigatoriedade de as empresas manterem a escrituração contábil, seguirem uma ordem uniforme para os registros contábeis e o levantamento, ao final de cada ano, dos balanços gerais. (PELEIAS E BACCI 2004, p. 41-42).



Após o surgimento da profissão de guarda-livros, há também o marco do surgimento das escolas de ensino contábil. Até meados do Século XXI a Contabilidade no Brasil era fortemente apoiada nos preceitos advindos da escola italiana de pensamento contábil. De acordo com Lopes e Martins (2014, p.123).

Ocorre que a escola Italiana de então, demasiadamente teórica em sua percepção conceitual e, por outro lado, totalmente formal voltada aos interesses fiscais, não se adaptava bem as condições econômicas vigentes no Brasil em meados da década de 60 (LOPES; MARTINS 2014, p.123).

Portanto, nota-se que a Contabilidade no Brasil sempre esteve em constante processo de mudanças, mas no século XXI que ocorreram modificações com maior intensidade, devido à globalização, novas tecnologias, alterações normativas e a necessidade das organizações por informações tempestivas, acarretaram grandes responsabilidades aos profissionais contábeis (PARCIANELLO; MARETH, 2012).

1.2.2 A Contabilidade no Brasil durante o século XXI

O mundo vive em constante evolução, a globalização e a revolução tecnológica contribuíram para o aprimoramento no campo da contabilidade, que diante das mudanças vem se adequando a fim de evitar a obsolescência e até mesmo cair em desuso. O mercado tornou-se mais exigente e competitivo, principalmente no que se refere ao perfil dos profissionais da classe Contábil. (SILVA; DE ASSIS, 2015) (NOGUEIRA; FARI, 2007).

O Brasil é um dos principais países do Mercosul, o que acarreta em uma responsabilidade maior aos profissionais contábeis. Estes por sua vez devem estar mais conscientes quanto a sua importância nos cenários econômico e social, e que somado ao mercado de trabalho globalizado, exige que o mesmo busque inovação diariamente visando atender as expectativas, desafios e assim manter-se competitivo. (MARION, 2014).

É fundamental que os profissionais da contabilidade sejam proativos procurando sempre alternativas para aperfeiçoamento da capacidade informacional, nunca se afastando do seu grande objetivo de prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física, e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização. (SZÜSTER; SZÜSTER;SZÜSTER, 2005, p. 21).

Nota-se que o profissional contábil deixa de ser apenas o responsável pelos registros da entidade e passa a ser o fornecedor das informações contábeis e financeiras aos seus usuários para as devidas tomadas decisões. Essa nova função em consonância com as normatizações e o avanço tecnológico proporciona aos profissionais a praticidade na realização dos seus trabalhos bem como a otimização do desempenho em relação à tempestividade, objetividade e confiabilidade dos resultados obtidos. (MARION, 2014) (DIAS, 2014).

1.3 LEI DAS S.A DE 1964 AOS DIAS ATUAIS

A Lei 6.404 conhecida como a Lei das Sociedades por Ações ou Lei das Sociedades Anônimas está vigente no Brasil desde 1976, norteado a prática contábil para esse tipo de sociedades. Somente em 2007 houve alterações em diversos dispositivos através da Lei 11.638/07 com intuito de adequar a elaboração das demonstrações contábeis das companhias



de capital aberto às Normas Internacionais de Contabilidade. (RENGEL; CUNHA; LAVARDA, 2009).

As mudanças ocorridas proporcionaram diversas vantagens ao Brasil diante do mercado internacional, bem como melhorias para o mercado brasileiro, auxiliando a integração à convergência contábil internacional. Braga e Almeida (2008) ressaltam que a Lei 11.638/07, ao possibilitar essa convergência internacional, irá permitir, no futuro, o custo reduzido e uma taxa de riscos menores para o acesso das empresas brasileiras a capitais externos. Ao longo do que foi exposto, nota-se que todas as mudanças, vêm ocorrendo com intuito e atingir o mesmo objetivo, que é adequar à contabilidade brasileira aos padrões internacionais, e com isso ampliar o quadro de investidores internacionais aos empreendimentos no Brasil. (DIAS, 2014).

1.4 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Conforme citado no item 1.1 referente ao Processo de Convergência Contábil, no Brasil este fato ocorreu em virtude do surgimento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) responsável por regulamentar as normas contábeis direcionando os profissionais a correta emissão dos relatórios contábeis e financeiros. (ALVES DANTAS, JOSE *et. al.* 2010).

O CPC estuda e traduz as normas internacionais de contabilidade, se por ventura houver alguma divergência com as leis brasileiras, também é responsável por adequá-las. Feito esse procedimento, as normas são colocadas em audiência pública para que o mercado avalie e sugira mudanças. (COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012).

1.5 CPC 00 (R1) - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO

O CPC 00 foi criado no dia 02 de Dezembro de 2011, pelo IASB, através das disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 em 2011, passou a ser denominado de CPC 00 (R1). De acordo com CPC 00 (R1), esta Estrutura Conceitual aborda:

- (a) o objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro; (b) as características qualitativas da informação contábil-financeira útil; (c) a definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos a partir dos quais as demonstrações contábeis são elaboradas; e (d) os conceitos de capital e de manutenção de capital. (CPC 00 (R1), 2011).

Esta estrutura trata dos conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis, cujo principal objetivo seja de fornecer informações úteis aos seus usuários para serem utilizadas nas tomadas de decisões econômicas (CPC 00, 2011).

1.6 PRESSUPOSTOS BÁSICOS DO CPC 00 (R1)

O CPC 00 (R1) é regido por dois pressupostos Básicos: Competência e Continuidade. O pressuposto mais aceito e utilizado pela contabilidade é o de competência que dita em sua redação que as receitas e despesas são apropriadas ao período em função de sua incorrência e da vinculação da despesa à receita, independentemente de seus reflexos no caixa (MARTINS, *et. al.* 2013). “Sendo assim as receitas serão contabilizadas no ato da realização independentemente dos recebimentos, bem como as despesas incorridas no período serão



contabilizadas independentemente de seu pagamento” (MARTINS et.al, 2013 p.4). De acordo com o CPC 00 (R1):

O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos. (CPC 00, 2011, p. 10).

O pressuposto da continuidade trata que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas de forma com que a entidade continuará exercendo suas funções sem previsão para extinção. Se caso houver a intenção de extinção da sociedade as demonstrações contábeis deverão ser elaboradas de forma diferente. Para Szuster et al. 2013 “ A contabilidade da empresa deve ser elaborar as demonstrações contábeis partindo da ideia de que a entidade deverá continuar em operação no futuro, ou seja, não será encerrada em um futuro previsível. (SZUSTER et al. 2013, p. 70).

1.6.1 Objetivo do Relatório Contábil-Financeiro

A elaboração e a divulgação do relatório contábil-financeiro constitui o pilar da estrutura conceitual, conforme o CPC 00 (R1):

O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade (CPC 00 (R1), 2011, p.7).

O relatório contábil-financeiro de modo geral proporcionar informações de modo á auxiliar os investidores e os credores, quanto aos valores da entidade, no entanto, não abrange todas as informações necessárias a eles, portanto esses usuários devem considerar outras fontes de informações (CPC 00 (R1) 2011).

1.6.2 Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira

Nota-se o quão importante é a informação contábil financeira da entidade no processo de tomada de decisões, portanto, é de grande valia que contenham o mínimo de divergência possível. As características qualitativas são responsáveis por torna-las úteis aos usuários, sendo assim o CPC 00 (R1) define que a informação contábil-financeira “precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível”. (CPC 00 (R1) 2011) (DIAS, 2014).

As características qualitativas da informação contábil-financeira se dividem em: Características qualitativas fundamentais: Relevância, Materialidade e Representação fidedigna e as características qualitativas de melhoria: Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e Compreensibilidade (CPC 00 (R1) 2011).

A Relevância e a Materialidade consistem na capacidade da informação em interferir na tomada de decisão por seus usuários, caso sejam emitidas de formas distorcidas ou omitidas. Conforme mencionam Dantas *et al.*, 2005 ocultar informações ou fornecê-las de modo demasiadamente resumido é tão prejudicial quanto fornecer informações em excesso.



A Representação Fidedigna aborda que a informação deve ser retratada conforme a realidade, se necessário incluir descrições e explicações, a fim de auxiliar seus usuários. O CPC 00 (R1) diz que “Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser *completa neutra e livre de erro*” (CPC 00 (R1) 2011).

As características qualitativas de melhorias são características utilizadas para aperfeiçoar as informações que são relevantes e representadas com fidedignidade. No que se referem à comparabilidade, as informações da entidade serão mais úteis quando puderem ser comparadas com outras similares sobre outras entidades ou a mesma em períodos distintos, Para Van der Tas (1988, p. 158 apud SOUZA; BOTINHA; SILVA; LEMES, 2015), “dois relatórios são comparáveis em relação a um caso específico, se nas mesmas circunstâncias deste evento, ambos os relatórios ou múltiplos relatórios, forem contabilizados da mesma forma”. (CPC 00 (R1) 2011) (DIAS, 2014).

A Verificabilidade segundo o CPC 00 (R1) ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. Isto é possível quando há meios de comprovar e de se verificar a origem da informação (CPC 00 (R1) 2011).

A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não chegue necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna. (DE CONTABILIDADE, C.F. 2016 p. 8).

A tempestividade significa que a informação deve ser disponibilizada em tempo hábil às tomadas de decisões (CPC 00 (R1) 2011). Para Antunes e Mendonça:

A informação contábil é tempestiva quando o registro das variações patrimoniais é feito no momento em que o fato gerador ocorre, concedendo tempo hábil para que os usuários da contabilidade maximizem a utilidade de seu uso. Caso o registro não seja tempestivo, os demonstrativos contábeis se revelarão incompletos, prejudicando análises, diagnósticos e prognósticos. (ANTUNES; MENDONÇA, 2008, p. 5).

E por fim a compreensibilidade que consiste em classificar, caracterizar e apresentar informações de forma clara e concisa para que seus usuários a compreendam. Independentemente do grau de complexidade de determinadas informações sua exclusão implica em um relatório incompleto e distorcido, indo de encontro a outras características já citadas acima (CPC 00 (R1) 2011). De acordo com Dias Filho (2000) "devem ser compreensíveis aos que possuem uma noção razoável dos negócios e das atividades econômicas e se dispõem a estudá-las com certa diligência". (Dias Filho, 2000 p. 39).

1.6.2.1 Primazia da Essência Sobre a Forma

O processo de convergência das normas internacionais baseadas no *International Financial Reporting Standards* (IFRS) realizou algumas alterações entre elas destacam-se a abolição da prudência e o fortalecimento da essência sobre a forma esta por sua vez traçou uma nova linha de pensamento contábil, exigindo dos profissionais a interpretação e o estudo teórico para executar o julgamento do fato contábil. (DE FREITAS PACHECO; CAMILO; 2016 p. 34-35), (DE MATOS, 2016, p. 15).



A adequação das normas contábeis brasileiras aos padrões contábeis do IASB implicará por parte dos profissionais de Contabilidade o exercício de julgamento e análise criteriosa das operações realizadas pela entidade, buscando a prevalência da essência econômica das transações sobre a sua natureza jurídica, em um cenário diferente do que se apresenta antes da Lei nº 11.638/07. (FIPECAFI, 2008 *apud* PEREIRA e MARQUES, 2009, p. 6).

De acordo com a primazia da Essência Sobre a Forma devem ser levadas em consideração as informações da forma jurídica de um fato bem como a essência do mesmo. Segundo MARION (2009) o princípio da primazia da essência sobre a forma orienta que os fatos contábeis sejam contabilizados, e as informações sejam apresentadas de acordo com sua substância e realidade econômica. E com isso, os relatórios contábeis apresentarão maior confiabilidade e veracidade inerentes à esta primazia, transmitindo aos seus usuários a realidade econômica da empresa. De acordo com Cardoso *et.al* (2009) primazia da essência sobre a forma, uma das características qualitativas secundárias da confiabilidade da informação contábil. (MOREIRA; SILVA FILHO; LEMES, 2011).

Em conformidade com as alterações diante do processo de convergência o CPC divulgou CPC 00 (R1) uma das principais mudanças salientadas pelo mesmo, trata à respeito da retirada de condição de componente separado da representação fidedigna da característica da essência sobre a forma, pois se a representação pela forma legal for divergente ao da sua essência os resultados obtidos não serão representados fidedignamente, ferindo as características qualitativas da informação contábil-financeira, segundo o CPC 00 (R1):

A característica *essência sobre a forma* foi formalmente retirada da condição de componente separado da *representação fidedigna*, **por ser considerado isso uma redundância**. A representação pela forma legal que difira da substância econômica não pode resultar em *representação fidedigna*, conforme citam as Bases para Conclusões. Assim, *essência sobre a forma* continua, na realidade, bandeira insubstituível nas normas do IASB. (CPC 00 (R1), 2011, p.3).

1.6.2.2 Prudência

Conforme citado acima outra característica retirada nesta revisão foi à característica da prudência (Conservadorismo) condicionada ao aspecto da representação fidedigna, devido ao fato de ser inconsistente com a neutralidade. (MOREIRA; SILVA FILHO; LEMES, 2011).

A característica *prudência (conservadorismo)* foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a *neutralidade*. Subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, segundo os *Boards* mencionam nas Bases para Conclusões, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra. (CPC 00 (R1), 2011, p.3).

O mesmo consistia na adoção do menor valor para o ativo e o maior valor para o passivo, sempre que se apresentassem duas alternativas válidas para quantificação das mutações do patrimônio que alterem o patrimônio da entidade, pois pode se incorrer erro na contabilização do patrimônio da empresa gerando um resultado distorcido e pagamento de impostos indevidos. (GRESSLER, 2013 p.23) (SANTOS, 2007 p.17).

1.6.3 Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis



As demonstrações contábeis reportam as informações patrimoniais e financeiras da entidade. Fazem parte dessas demonstrações, e precisam ser conceituados os itens que representam ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, seguindo o pressuposto básico da continuidade. (DIAS, 2014) (CPC 00 (R1), 2011)

1.6.4 Conjunto completo das demonstrações contábeis

Ao fim de cada exercício social as empresas devem elaborar as seguintes demonstrações contábeis é composto pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas.

No tocante as demonstrações contábeis, o CPC 00 (R1) aborda que “objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral”. (CPC 00 (R1), 2011, p.3).

Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil responsável por apresentar a situação patrimonial e financeira da empresa em determinado momento. É uma das mais importantes demonstrações contábeis, onde são evidenciados o Ativo, o Passivo e o Patrimônio Líquido da entidade. (IUDÍCIBIUS *et al.*, 2010).

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) elaborada juntamente com o balanço patrimonial, essas duas demonstrações atingem a finalidade de apresentar a real situação patrimonial e financeira da empresa. A DRE consiste em um relatório sobre as operações realizadas pela empresa durante determinado período, apresentando o resultado líquido do período, lucro ou prejuízo. (IUDÍCIBIUS *et al.*, 2010).

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é a demonstração que informa resumidamente a movimentação das contas integrantes do Patrimônio Líquido. (IUDÍCIBIUS *et al.*, 2010).

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é um dos principais relatórios contábeis para fins gerenciais, pois evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidade, segregadas em fluxos das operações (entradas e saídas de recursos), dos financiamentos (proprietários ou de terceiros) e dos investimentos (Não circulante da empresa) em determinado período. (MARION, 2012). Houve certa preocupação em padronizar a estrutura e estabelecer regras para elaboração da DFC, portanto foi aprovado o Pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por objetivo mensurar a riqueza gerada através de suas atividades, bem como a distribuição dessa riqueza onde está situada. (SZYMCZAK; LEÃO. 2012) (SANTOS, 2005).

A principal fonte de dados para a elaboração da DVA é a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) já citada anteriormente. Ambas as demonstrações são complementares, porém se divergem em seu enfoque, a DRE visa evidenciar o lucro líquido, ou seja, o que pertence às partes mais interessadas na entidade. A DVA além de abranger a remuneração dos sócios, também apresenta a remuneração aos demais beneficiários da renda, tais como empregados, governo, financiadores entre outros. (SZYMCZAK; LEÃO, 2012).

Notas Explicativas (NE) segundo conceito apresentado pelo pronunciamento técnico CPC 26 “As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis”. (CPC 26 (R1), 2011, p. 4).

2 METODOLOGIA



De acordo com Zanella (2011, p. 35) “A pesquisa quantitativa é aquela que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, e que tem como finalidade medir relações entre as variáveis”.

Esse método foi escolhido devido ao fato de que o presente trabalho visa verificar como os contabilistas tratam o CPC 00 (R1) em suas rotinas contábeis.

Utilizou-se também da estatística descritiva que compreende a organização, o resumo e a discriminação dos dados coletados, por meio de média, moda e desvio padrão. Lima (2008 p.96) define que “média aritmética corresponde ao valor médio de um conjunto de dados e é calculada determinando-se a soma dos valores do conjunto e dividindo-se essa soma pela quantidade de valores do conjunto”.

A pesquisa utilizada neste trabalho foi à pesquisa descritiva, segundo Cervo e Bervian (2002, p. 44) “Toda pesquisa, de modo especial à pesquisa descritiva, deve ser bem planejada se quiser oferecer resultados úteis e fidedignos”.

O referencial teórico foi desenvolvido através da pesquisa bibliográfica, que busca explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, além de ser um procedimento básico para realização de estudos bibliográficos. (CERVO E BERVIAN 2002, p. 65).

A pesquisa de campo é realizada após a pesquisa bibliográfica, pois, demanda do pesquisador um amplo conhecimento sobre o assunto, bem como na obtenção de informações sobre o que pesquisar. (MARCONI e LAKATOS, 1996).

Como cita Lima (2008, p.70) A pesquisa de campo pressupõe a apreensão dos fatos/variáveis investigados exatamente onde, quando e como ocorrem. Ainda de acordo com o autor, deve ser definido o que irá apreender a realidade, considerando as especificidades do que será investigado. (LIMA 2008, p. 70).

Sendo assim o instrumento de coleta de dados consiste na aplicação de um questionário aos contabilistas elaborado com base na estrutura conceitual abordada no CPC 00 (R1), em busca da percepção de como os contabilistas á utilizam na elaboração e divulgação dos relatórios contábeis e financeiros das entidades, que é o objetivo principal dessa pesquisa. O questionário é constituído por 10 (Dez) perguntas fechadas com as opções de respostas: Discordo totalmente, Discordo, Indiferente, Concordo e Concordo Plenamente.

A pesquisa tem como população os contabilistas no qual a pesquisadora tem contato, sendo enviado um link para acesso ao questionário via whatsapp. A amostra baseia-se no total de 200 contabilistas, porém os dados analisados contam com 27 (vinte e sete) respondentes.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Questão nº 1: Os relatórios são realizados com finalidade de fornecer informações úteis para a tomada de decisão de usuários internos e externos envolvidos com a entidade.

Nota-se houve um empate no número de contabilistas que concorda ou concordam plenamente com a questão perguntada, do total de 27 respondentes, nenhum discorda totalmente, (7,41%) discorda, (3,07%) acha que é indiferente, (44,44%) concorda e (44,44%) concordam plenamente.

Nessa questão observa-se que em sua grande maioria os contabilistas concordam que os são elaborados com a finalidade de levar aos usuários informações úteis para a tomada de decisão. Isso confirma o que realmente era esperado, tendo em vista que nas definições básicas da contabilidade essa é a finalidade a qual essa ciência se propõe.

Questão nº 2: Os relatórios são elaborados pelo regime de competência.

Os dados revelam que nenhum dos respondentes discorda totalmente, (7,41%) discorda, (3,70%) acha que é indiferente, (51,85%) concorda com a questão perguntada e (37,04%) concorda plenamente.

De acordo com as respostas, os contabilistas seguem o Regime de Competência que é adotado no Brasil e que é tratado tanto no CPC 00 quanto na Lei 6404/76. Isso demonstra que os profissionais conhecem a legislação pertinente e adotam a correta forma na rotina de elaboração dos relatórios.

Questão nº 3: As informações contábeis são repassadas de forma tempestiva.

Nesta questão houve uma diversidade nas respostas com relação às anteriores, mas nota-se que em média a maioria concorda com que há tempestividade nas informações repassadas. Sendo assim nenhum discorda totalmente com a questão perguntada, (22,22%) discorda, (11,11%) indiferente, (51,85%) concorda, (14,81%) concorda plenamente.

As respostas dessa questão podem ter tido uma dupla interpretação, tendo em vista que os profissionais podem analisá-las pela ótica do recebimento da informação ou pela ótica do repasse de tal informação. Sabe-se que para que as informações sejam repassadas de forma tempestiva os contabilistas dependem da colaboração dos usuários, pois, é dentro da empresa que os fatos acontecem, e na maioria das vezes, somente depois do fato ocorrido a contabilidade é informada.

Questão nº 4: Na escrituração são contabilizados apenas os fatos julgados relevantes pelo contador e pela entidade.

Nota-se que mesmo com as opiniões bem divididas a maioria concorda que só são contabilizados na escrituração os fatos relevantes. Entre os 27 respondentes, (14,81%) Discordo totalmente, (26,63%) discordo, (3,70%) indiferente, (44,44%) concorda e (7,41%) concorda plenamente.

Nas repostas dessa questão observa-se que pouco mais de 40% dos respondentes discordam que apenas informações relevantes são levadas em consideração. Essa questão também nos leva a perceber que muitas das vezes, o contador depende da empresa, já que os fatos ocorrem e depois disso é que os documentos geradores de tais fatos são levados ao conhecimento do profissional. Levando em consideração ainda, que no cenário em que se encontram a maioria dos respondentes, município de pequeno porte, onde a contabilidade em sua grande maioria é terceirizada a escritórios que estão fora do ambiente da entidade a relevância dos fatos pode fugir ao controle do contador.

Questão nº 5: Os relatórios contábeis são elaborados levando em consideração a primazia da essência sobre a forma.

Em relação às demais questões, esta obteve o maior numero de respostas indiferente, contudo a maioria concorda com a pergunta. Entre os respondentes (3,70%) discorda totalmente, (3,70%) discorda, (18,52%) indiferente, (62,96%) concorda, (11,11%) concorda plenamente.

Nessa questão observamos que a grande maioria concorda com as colocações do pronunciamento técnico no que diz respeito a considerar que a essência da operação prevalece sobre a forma jurídica do fato a ser registrado.



Questão nº 6: Os relatórios contábeis são elaborados levando em consideração a materialidade dos fatos.

Observa-se que nesta questão não houve uma grande diversidade entre os respondentes, a maioria concorda com a questão abordada. Nenhum dos respondentes discorda totalmente, (11,11%) discorda, (3,70%) indiferente, (70,37%) concorda e (14,81%) concorda plenamente.

De acordo com as respostas, a grande maioria dos respondentes concorda que apenas fatos materiais são observados para a elaboração dos relatórios. Tendo em vista que a materialidade é um aspecto da relevância, nota-se que existe uma dissonância em relação às respostas da questão número 4, tendo em vista que, para ser relevante, o fato deve ter materialidade.

Questão nº 7: Existe a preocupação em verificar se as informações repassadas pelos empresários representam com fidelidade os fatos ocorridos dentro da entidade.

A questão analisada segue com a maioria das respostas concordando, nota-se que não houve respostas indiferentes e discordo totalmente, sendo assim (14,81%) discordo, (62,96%) concorda e (22,22%) concorda plenamente.

Os respondentes concordam que existe sim a preocupação de verificar se as informações repassadas são fidedignas. De acordo com a Característica Qualitativa Fundamental, para que uma informação represente com fidedignidade a realidade a que se propõe, a mesma deve ser Neutra, Completa e Livre de Erros. É importante que o contabilista verifique tais informações, tendo em vista que o mesmo pode responder solidariamente a quaisquer erros ou fraudes que sejam consideradas para a elaboração da contabilidade a qual ele é responsável.

Questão nº 8: A informação contábil repassada é usada pelos gestores na tomada de decisão.

Os dados obtidos revelam que a maioria concorda que a informação contábil é repassada é utilizada nas tomadas de decisões. Em números nenhum discorda totalmente, (14,81%) discorda, (7,41%) indiferente, (44,44%) concorda e (33,33%) concorda plenamente.

A grande maioria dos respondentes concorda que as informações repassadas são utilizadas pelos usuários para embasar a tomada de decisão. Essa resposta corrobora com a finalidade da ciência e é natural que o contabilista, que reporta ao usuário relatórios que representem com fidelidade os fatos ocorridos, pressuponha que tais usuários utilizem essas informações como base para a tomada de decisão.

Questão nº 9: A característica qualitativa da comparabilidade contribui para a gestão e para as decisões dos gestores.

A presente questão foi amplamente discutida ao longo do referencial teórico, verifica-se que a comparabilidade é útil e amplamente utilizada nas elaborações dos relatórios contábeis, diante dos dados obtidos nenhum dos respondentes discorda totalmente, (11,11%) discordo, (3,70%) indiferente, (59,26%) concordo e (25,93%) concordo plenamente.

Tendo em vista que a contabilidade considera que as entidades são concebidas para a continuidade, a elaboração de relatórios ao longo da vida destas entidades são extremamente úteis para comparar seu desempenho durante esse tempo. A maioria dos respondentes concorda que comparar os resultados ano após ano leva o usuário a tomar a decisão mais acertada.



Questão nº 10: Ao elaborar os relatórios contábeis e financeiros o pronunciamento do CPC 00 é observado.

Esta questão é de grande valia á presente pesquisa, pois demonstra que a grande maioria dos contabilistas está interagindo com as mudanças ocorridas no meio contábil com a elaboração dos CPC que visam nortear as rotinas contábeis. Os dados obtidos foram que nenhum dos respondentes discorda totalmente, (14,81%) discordo, (14,81%) indiferente, (59,26%) Concordo e (11,11%) concordo plenamente.

Levando em consideração que o objetivo desta pesquisa é justamente verificar se os contabilistas conhecem e consideram o CPC 00 na elaboração dos relatórios contábeis, a resposta desta questão fornece a informação necessária para responder, de modo geral, à esta indagação. A grande maioria concorda que ao elaborar os relatórios o CPC 00 é observado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar como o pronunciamento técnico do CPC 00 (R1) está sendo tratado pelos contabilistas, na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros das entidades. Em conformidade com o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram apontados: levantamento bibliográfico a respeito da teoria que embasa o estudo; pesquisa de campo junto aos contabilistas, por meio de um questionário estruturado, tabulação e mensuração dos dados para verificar como o CPC 00 está sendo aplicado na prática diária dos profissionais. Ambos foram alcançados.

O problema de pesquisa buscou verificar como o pronunciamento do CPC 00 (R1) está sendo tratado pelos contabilistas no estado do Mato Grosso na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros? Dado o exposto conclui-se que o problema foi respondido, pois, o questionário foi aplicado e a grande maioria dos respondentes confirma que conhece e utiliza o CPC 00 (R1) na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

Vale ressaltar que na questão nº 4 que indaga se são contabilizados apenas os fatos julgados relevantes pelo contador e pela entidade, houve uma divisão de ideias entre as opções de discordo e de concordo, causando certa preocupação, pois a informação relevante é capaz de fazer a diferença nas tomadas de decisões. Sendo assim levantam-se duas hipóteses: de fato não estão sendo contabilizadas apenas as informações relevantes, e a hipótese de que não há conhecimento suficiente dessa característica qualitativa.

Diante das contribuições apontadas ao longo da pesquisa, sempre surgem novas indagações a serem respondidas, como as hipóteses levantadas anteriormente, isso oferece novas perspectivas de investigações e até mesmo oportunidade de ampliação e aprofundamento da pesquisa em questão.

REFERÊNCIAS

ALVES DANTAS, José et al. Normatização contábil baseada em princípios ou em regras? Benefícios, custos, oportunidades e riscos. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 9, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2352/235217198002/>> Acesso em: 27 ago. 2016.

ALVES DANTAS, José et al. Normatização contábil baseada em princípios ou em regras Benefícios, custos, oportunidades e riscos. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 9, 2010.



ANTUNES, Gustavo Amorim; MENDONÇA, MM de. Impacto da adesão aos níveis de governança da BOVESPA na qualidade da informação contábil: uma investigação acerca da oportunidade, relevância e do conservadorismo contábil utilizando dados em painel. In: **Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis**. 2008.

ARRUDA, Marlene dos Santos. Impacto das diferenças entre as normas contábeis brasileiras e internacionais nos indicadores de desempenho das companhias brasileiras listadas na NYSE. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/handle/123456789/844>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti Almeida. **Mudanças contábeis na lei societária: Lei nº 11.638, de 29-12-2007**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Resolução nº 1055/05, de 07 de outubro de 2005. Cria o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC), e dá outras providências. Publicado no DO em 24. Out 2005.

BUGARIM, M.; OLIVEIRA, O. A Evolução da Contabilidade no Brasil: Legislações, órgão de Fiscalização, Instituições de Ensino e Profissão. **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia–SEGet**, 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento conceitual básico (R1) para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 22 Ago. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 7 (IASB – BV2010) 25 p.

COSTA, Jorge Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. A aderência dos pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 2, 2012.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; SANTOS, S. C. D.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. **Revista Economia & Gestão**, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005.

DE CONTABILIDADE, CONSELHO FEDERAL. Resolução CFC nº 1.374, de 08 de dezembro de 2011. **Acesso em**, v. 4, 2016.

DIAS FILHO, José Maria. A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. **Caderno de Estudos**, n. 24, p. 38-49, 2000.



DIAS, Elaine C.F. **Um estudo com os contabilistas da cidade de Mossoró/RN sobre o tratamento do CPC 00 (R1) na elaboração dos relatórios contábil-financeiros.** Mossoró, 2014, 58 p.

FERREIRA, Tarciana Borges et al. Processo de convergência contábil: perspectivas e desafios enfrentados pelos profissionais de contabilidade no estado de Pernambuco. **Registro Contábil**, v. 4, n. 1, p. 108-126, 2013. http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm. Acesso em: 27 jun. 2016.

GONÇALVES, João Constantino et al. Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. **Revista Universo Contábil**, v. 10, n. 3, 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Introdutória. Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP; Coordenação Sérgio de Iudícibus. – 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 335 p.

KAUARK, F.; MANHÃES, F.C; MEDEIROS, C.H. **Metodologia da pesquisa: Guia prático.** – Itabuna: Via Litterarum, 2010.88p.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia:** A engenharia da produção acadêmica. – 2. Ed. Ver. E atualizada – São Paulo: Saraiva 2008.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da Contabilidade:** Uma nova abordagem. 6. Reimpr.- São Paulo: Atlas 2014.

LOPES, Silva André; PIRES, Ribeiro Lucas; TEIXEIRA, De Almeida Luís Henrique. **Estrutura Conceitual Das Demonstrações Contábeis Em Conformidade Com Os Pronunciamentos Do Cpc.** *Belo Horizonte:* 2009.

MACHADO, Michele Rílany Rodrigues et al. Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 15, p. 3, 2012.

MACIEL, Cleber Pereira; DE CASTRO VIDAL, Anderson. Contabilidade Internacional: Estudo dos Resultados dos Demonstrativos Contábeis Segundo Normas Americanas, Brasileiras e Internacionais de uma Empresa do Setor de Siderurgia. 2013.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. A profissão contábil no Brasil. **Acesso em**, v. 21, 2014.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: Contabilidade empresarial.** – 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2012.



MARTINS, Eliseu Et. Al. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS E DO CPC. – 2. ed. – São Paulo : Atlas, 2013.

MARTINS, Eliseu; MARTINS, Vinícius A.; MARTINS, Éric A. Normatização contábil: ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC. **RIC-Revista de Informação Contábil-ISSN: 1982-3967**, v. 1, n. 1, 2007.

MEDEIROS, João Bosco, **Redação científica: A prática de fichamentos, resumos, resenhas** / João Bosco Medeiros. – 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

MOREIRA, Angélica Tavares; SILVA FILHO, Onofre Antonio da; LEMES, Sirlei. IAS 17– ANÁLISES, COMPARAÇÕES E A PRIMAZIA DA ESSÊNCIA SOBRE A FORMA1. In: **Anais do 4º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade**. 2011.

MUNHÃO, Eder Eugenio et al. A CONVERGÊNCIA CONTÁBIL AOS PADRÕES INTERNACIONAIS: Diferenças entre IFRS PMEs e CPC PME. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 2, n. 4, 2013.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 157 p.

NOGUEIRA, Valdir; FARI, Murilo Arthur. Perfil do profissional contábil: relações entre formação e atuação no mercado de Trabalho. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 2, n. 1, 2007.

NUNES, Igor Vieira; MARQUES, Alessandra Vieira Cunha; DESOUZA COSTA, Patrícia. NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE O PRONUNCIAMENTO CONCEITUAL BÁSICO. **Revista Universo Contábil**, v. 12, n. 1, p. 87, 2016.

PARCIANELLO, Andressa; MARETH, Taciana. A CONTABILIDADE NO BRASIL NO SÉCULO XXI. Disponível em:< https://www.unicruz.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CCSA/A%20CONTABILIDADE%20NO%20BRASIL%20NO%20S%C3%89CULO%20XXI.pdf > Acesso em: 17 ago. 2016.

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista Administração on line-FECAP**, v. 5, n. 3, p. 39-54, 2004.

PEREIRA, Renata Gonçalves; MARQUES, José Augusto V. da Costa. Comentários sobre a Evidenciação das Operações de Arrendamento Mercantil no Contexto da Convergência com as Práticas Contábeis Internacionais: o caso da Petróleo Brasileiro S/A. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, Vol. 11, nº 43, p. 1 – 11, 2009.



REIS, Aline de Jesus; DA SILVA, Selma Leal. A história da contabilidade no Brasil. **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, v. 11, n. 1, 2008. Disponível em: <http://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299> Acesso em: 22 Ago. 2016.

RENGEL, Silene; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. As alterações da lei das S/A sob a ótica dos proprietários de organizações de serviços contábeis do estado de Santa Catarina. In: **CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**. 2009.

SILVA, Maurício Souza; DE ASSIS, Francisco Avelino. A história da Contabilidade no Brasil. **NEGÓCIOS EM PROJEÇÃO**, v. 6, n. 2, p. 35-44, 2015.

SOUZA, F. A.; BOTINHA, R. A.; SILVA, P. R.; LEMES, S. A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Avaliação Posterior de Propriedades para Investimento: Uma Análise das Companhias Abertas Brasileiras e Portuguesas. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 26, n. 68, p. 154-166, 2015.

SZUSTER, Natan, et al. Contabilidade Geral: Introdução á contabilidade Societária – 4. Ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

SZÜSTER, Natan; SZÜSTER, Fortunée Rechtman; SZÜSTER, Flávia Rechtman. Contabilidade: atuais desafios e alternativa para seu melhor desempenho. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 16, n. 38, p. 20-30, 2005.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. – 2. Ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. 134 p.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 2001.

SANTOS, Ariovaldo dos. DVA-Uma demonstração que veio para ficar. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 38, p. 3-3, 2005.

SZYMCZAK, Márcio; LEÃO, Sandro Everton. A importância da demonstração do valor adicionado (DVA) no ambiente econômico e social brasileiro. **Contabilidade & Amazônia**, v. 2, n. 1, p. 67-77, 2012.

Toledo, G. L.; Ovalle I. I., 2010. *Estatística Básica*. 2ª ed. São Paulo: Atlas.

SALES, Greice Nara Moreira; CORREIA, Ana Cristina. ELABORAÇÃO E DETALHAMENTO DA DMPL E DFC DE UMA ENTIDADE EMPRESARIAL. *Maiêutica-Ciências Contábeis*, v. 1, n. 1, 2014.